

MARECHAL DANTAS BARRETO

Tito Galvão Filho

Penoso é o dizer-se que nós, brasileiros, pela deficiência de uma mais apurada educação cívico-patriótica, facilmente esquecemos os vultos que, na trajetória terrena, tanto se elevaram no consenso nacional. Em vida, todas as homenagens a se lhes tributarem, e é o que ocorre, precisamente, nos dias que passam; morto, perde-se a lembrança, a não ser com referência a pouquíssimos, mas tão somente pela fidelidade de alguns discípulos e de idealistas cada vez mais minguados.

Aqui mesmo no Paraná temos o caso inadmissível de Dario Veloso, o mestre culto, generoso e desprendido de tantas gerações, que aí estão brilhando nos vários setores de nossas atividades; entretanto, que gesto ou atitude alguma vez manifestaram até a data, numa simples reverência à memória de quem tanto se faz credor, para que, pelo menos, demonstrada ficasse uma gratidão tardia, eis que o saudoso professor lecionava, em suas aulas particulares, sem o recebimento de qualquer remuneração? E com que erudição!

O morto ilustre, que vai ser ressaltado nestas linhas, é outro olvidado, sem que se possa atinar tamanha falta de reconhecimento de seus posteros, até, de certo modo, pela parcela do País, seu terra natal, que ele tanto queria com todas as veras de seu coração, e ao qual prodigalizou a maior soma de serviços que, de um governante, se poderia ambicionar. Kenro-me ao Marechal Dantas Barreto, que foi membro da Academia Brasileira de Letras, ministro da Guerra, Governador de Pernambuco, Senador e Deputado Federal, além de suas atuações heróicas na guerra do Paraguai e em Canudos, tuas isso dentro de uma honestidade tão rigorosa, sobretudo nos cargos de administração, que, na época, era reputado o maior exemplo, como firmeza de caráter, aos jovens que se iniciavam na vida pública. Nenhum chefe político usufruiu, como ele, em Pernambuco, de maior prestígio popular, visto que jamais fora um reticente ou hesitante. Era um verdadeiro ídolo.

O próprio Ruy, "vulto culminante nos fastos de nossa Pátria", na feliz expressão de Nelson Hungria, tinha o Marechal no mais elevado conceito, como se pode ler no excelente estudo de João Mangabeira — "RUY — O ESTADISTA DA REPÚBLICA". Com efeito, respondendo a Pinheiro Machado, no Senado Federal, dizia: "Se a alusão é ao General Dantas Barreto, não há maior falsidade. Entre nós não há aproximação alguma. Fiz-lhe a justiça a que ele tinha direito. Proce-di, com o nobre governador de Pernambuco, como procederia com qualquer brasileiro, com quem eu tivesse tido a atitude severa, que ferisse idéias, como em relação ao sr. Dantas Barreto. E, por isso mesmo, julguei-me obrigado a não ter reservas, desde que se me ofereceu ocasião, de lhe fazer justiça em sentido inverso. Vieram as notícias do bom governo, pelo menos do governo honesto, da boa administração feita por aquele militar em Pernambuco; e eu não procurei ocasião para louvaminhar; mas, quando se me ofereceu o momento azado, disse o que pensava".

E ainda se estendia, que me permito em transcrever por partir de quem partia: "Nada obsta que eu renda ao General Dantas Barreto a justiça que merece pelo seu governo atual naquele Estado, que, ao menos sob o aspecto econômico e moral, tem sido digno de imitação, uma surpresa para todos nós, surpresa grata, como todas em que vemos a natureza evoluir do mal para o bem".

Há poucos dias, o nobre professor Farís Michael, sabendo de minha pernambucanidade, chamou-me a atenção para um livro do Marechal, existente na biblioteca do Centro Cultural "Euclides da Cunha", de Ponta Grossa, criação desse ornamento de nosso magistério, intitulado "Comentários", e nele pude me inteirar, melhormente, das idéias de tão insigne estadista, as quais, por uma ironia do destino, bem poderiam ser aplicadas aos problemas atuais do Brasil!

Na verdade, o que mais necessitamos, nos dias de ansiedade que palmilhamos, é o que ele clamava sem cessar: "Patriotismo para, assim irmos levantando os brrios da república e reconquistarmos a dignidade nacional", por isso que, como ainda doutrinava, "sem um plano de ação elaborado ante as lições do passado; sem uma rota segura no terreno a desbravar para o deslize de novos instrumentos de progresso, a república se encontrou desde o seu advento num meio desordenado, em que predominou a idéia de fortuna pessoal, sem o

pensamento de imediata organização, cuja firmeza resistisse às investidas dos audaciosos que se agitavam para enfraquecê-la e dominá-la. E, contudo, não basta a um povo o sentimento de patriotismo que o torna digno dos seus destinos: é preciso também que haja quem o inflame e conduza à vitória dos seus ideais. Esta missão, como aos propagandistas de todas as grandes reformas da humanidade, deve ser obra de estadistas resolutos que, muitas vezes, surgem na confusão de excepcionais conflitos sociais. O Brasil sente as manifestações inflexíveis da evolução universal, o abrasamento dos ideais que conduzem à glória, mas quando tenta avançar para o plano em que pairam os povos mais evidenciados dos continentes, percebe que lhe falta um homem forte

que o conduza. A prosperidade material é hoje um fato que as suas estatísticas demonstram positivamente, mas a crise moral continua".

Mas, o que torna bastante surpreendentes essas tão bem lançadas considerações doutrinárias, é que foram expendidas no ano da graça de 1922, decorridos, portanto, mais de seis lustros, no entanto cheias da maior oportunidade, e, ao que tudo induz a crer, quis o impoluto Marechal, dessa maneira, prestar a sua homenagem à grande data que se ia comemorar, ou seja o centenário de nossa independência, alertando todas as consciências puras sobre o futuro que nos aguardava, como que conclamando-as a um rigoroso selecionamento dos valores morais e culturais, para a subsequente implantação de normas racionais, honestas e enérgicas na administração pública, e não se dizer, como agora, que "o Brasil é importante demais para permitir-se o luxo de vogar à deriva nesses dias tempestuosos".

A própria questão social, tão explorada pela demagogia que vai avassalando o País, sem que, todavia, lícito seja negar-se algo de prático, existente em nossa legislação trabalhista, depois de 1930 para cá, magnífica obra não de uma só pessoa, mas de muitas, já era objeto de seus estudos quando não se arreceava em asseverar que, "em vez de se proteger o operariado para amenizar-lhe a existência penosa, ameça-se-lhe a liberdade com as iras dos que deviam apoiá-la nos suas legítimas aspirações".

Não tinha limite a previsão desse autêntico estadista. Vêmo-lo, na época, pregando aquilo que somente neste ano de 1953 os nossos "diligentes" estadistas se dignaram em cogitar, ou seja a tão falada reforma de base, quando encerrava o seu precioso livro com essas expressivas e substanciosas palavras: "A reorganização do Brasil é, pois, uma condição essencial para a autoridade em que o colosso americano deve comparecer aonde quer que o chamem interesses comuns internacionais", porquanto, como anteriormente houvera se pronunciado, são raros os brasileiros que conhecem, mesmo superficialmente, as condições de vida e os recursos abundantes de sua terra, aliás nunca exploradas com inteligência, sistematicamente, em suas fontes produtoras. Conhece-los todos, no estado atual de fereza que os envolve, é impossível. A Pátria é o nosso ideal supremo: desenvolvê-la, civilizá-la para que possa atingir ao fim que lhe traçara o destino, eis tudo. Ou tomará este rumo natural ou desaparecerá nas conquistas dos mais fortes".

Que todos meditem sobre verdades tão claras e evidentes e não percam de vista, nos prélios eleitorais que se avizinham, também esta outra advertência do brilhante Deputado Artur Santos, presidente da U. D. N.: "Não há instituições políticas, formas de governo, leis preexistentes e categorias jurídicas que resistam aos governantes displicentes ou incapazes".

(Transcrito da "Gazeta do Povo", de Curitiba, edição de 4-6-953).